

TC 034.055/2011-8

Apensos: TC 027.408/2010-8 e TC 034.057/2011-0

Tipo: Tomada de Contas Especial

Unidade jurisdicionada: Prefeitura Municipal de Cedro/CE

Responsáveis: Aristoteles Rolim de Lucena (CPF 740.154.513-68); Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos (CPF 031.682.754-17); João Viana de Araujo (CPF 024.932.683-34); Maria Alacoque de Melo Araújo (CPF 202.672.743-00); Maria Josélia Medeiros Albuquerque (CPF 057.836.153-15); Perpétua Braga Costa de Oliveira (CPF 314.652.933-53); Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 09.527.996/0001-62); e Vicente Ferrer Matias de Souza (CPF 532.127.623-49).

Advogados: Denyson Sales do Nascimento Rios (OAB/CE 19.995), Fábio Zech Sylvestre (OAB/CE 19.215), Felipe Silveira Gurgel de Amaral (OAB-CE 18.476) – peça 7; Cláudia Adrienne Sampaio de Oliveira (OAB/CE 10.219), Eliana Medeiros Tavares (OAB/CE 9.318) – peça 18; Fernando Marcelo Vieira dos Santos (OAB/CE 8.902), Sérgio Gurgel Carlos da Silva (OAB/CE 2.799) – peça 100.

Interessado em sustentação oral: não há

Proposta: de mérito.

INTRODUÇÃO

1. Cuidam os autos de tomada de contas especial - TCE instaurada em decorrência do Acórdão 5442/2011 – TCU – 2ª Câmara, referente ao TC 027.408/2010-8, decisão esta que determinou a transformação do referido processo em um processo de tomada de contas especial relativo a irregularidades e débitos nos programas Programa Nacional de Alimentação Escolar - Pnae, Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - Pnate, Programa Saúde da Família, Bolsa Família e, ainda, de transferências voluntárias.

2. O TC 027.408/2010-8, do qual decorreu o presente processo, é um Relatório de Auditoria realizada pela Secex/CE na Prefeitura Municipal de Cedro/CE, com o objetivo de verificar a aplicação dos recursos públicos federais recebidos em 2009 e 2010 por meio dos programas mencionados acima.

EXAME TÉCNICO

3. Em cumprimento ao Acórdão 5442/2011 – TCU – 2ª Câmara, referente ao TC 027.408/2010-8 (peça 1), foram citados seis responsáveis e ouvidos em audiência seis responsáveis. Uma síntese dos termos de cada citação ou audiência será dada logo abaixo, no decorrer desta seção. A movimentação dos ofícios é sintetizada no quadro abaixo. Procederemos depois à análise de cada resposta, de acordo com os subitens do Acórdão supracitado.

Destinatário	Item do Acórdão 5442/2011 – 2ª	Natureza	Of. Secex (número)	Of. Secex (peça)	Recebimento (peça)	Resposta (peça)
Maria Josélia Albuquerque	1.5.1	Citação	129	2	10, 11 e 14	20
João Viana de Araújo	1.5.4	Audiência	126	3	11 e 12	23 a 25
Aristóteles Lucena	1.5.1	Citação	136	4	13	19, 26
Maria Josélia Albuquerque	1.5.5	Audiência	164	5	10, 11 e 14	21 a 22
Perpétua Braga Oliveira	1.5.3	Citação	1665	62	77	103
Podium Ltda.	1.5.2	Citação	1664	63	72, 74	85 a 97
Perpétua Braga Oliveira	1.5.6	Audiência	1668	64	77	78, 107
João Viana de Araújo	1.5.4	Audiência	1667	65	73, 77, 101	80, 106
Vicente Ferrer Souza	1.5.2	Citação	1663	66	75, 77	81, 103
Maria Alacoque Araújo	1.5.9	Audiência	1662	67	76, 77	82, 108
Cícera Volúzia Santos	1.5.8	Audiência	1661	68	76, 77	83, 109
João Viana de Araújo	1.5.4	Audiência	1660	69	73, 77	84, 110
Vicente Ferrer Souza	1.5.7	Audiência	1669	70	75, 77	79
Podium Ltda.	1.5.3	Citação	1666	71	72, 74	85 a 97

Criação por equívoco de processo em duplicata

4. Foi criado, por engano, o processo TC 034.057/2011-0, TCE, com o mesmo objeto do presente, tendo sido enviadas no seu âmbito algumas citações e audiências sobre a mesma matéria tratada nos presentes autos. Coletamos algumas das respostas a tais comunicações e as juntamos ao processo em tela, sempre que os responsáveis não enviaram a mesma resposta para o presente processo. O processo TC 034.057/2011-0 se encontra apensado ao presente, já tendo sido encerrado.

Citação solidária de Maria Josélia Medeiros Albuquerque e de Aristóteles Rolim de Lucena (peças 2 e 4)

5. Citação solidária da Secretária Municipal de Saúde de Cedro/CE, Maria Josélia Medeiros Albuquerque, e do médico Aristóteles Rolim de Lucena por pagamentos indevidos a mencionado médico no exercício de 2010, referentes a atendimentos no Posto de Saúde da Família (PSF) Ubaldinho, visto que a realização de tais serviços é incompatível com o exercício da Residência Médica em Oftalmologia, que o mesmo exerce na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, com carga horária de 60 (sessenta) horas semanais de segunda a sexta-feira (item 1.5.1 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

Data da Ocorrência	Valor – R\$
28/5/2010	8.400,00
9/7/2010	8.400,00
23/7/2010	6.800,00
1/9/2010	6.800,00

16/9/2010

6.800,00

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 19 e 20)

6. A responsável Maria Josélia Medeiros Albuquerque alegou, em síntese, o seguinte (peça 20):

6.1. ao ser contratado, o referido médico se encontrava em período de férias de sua residência, e a responsável não sabia que o mesmo fazia residência. Quando o soube, providenciou a rescisão do contrato (peça 20, p. 23);

6.2. no ano de 2009 o Hospital Universitário no qual o referido médico fazia sua residência se encontrava em greve (peça 20, p. 24).

7. O responsável Aristóteles Rolim de Lucena alegou, em síntese, o seguinte (peça 19 – com cópia na peça 26):

7.1. apesar da aparente incompatibilidade de horários, o referido médico dispunha de flexibilidade de horários na sua Residência no Hospital Universitário, o que possibilitava o cumprimento integral do seu expediente no PSF Ubaldinho (p. 4);

7.2. não foram seguidos os ritos exigidos na Lei 8112/1990, art. 133, quanto à penalização por acumulação indevida de cargos (p. 5);

7.3. no próprio Relatório de Auditoria da equipe do TCU consta que os atendimentos no PSF Ubaldinho se deram regularmente de segunda a sexta, de abril a outubro de 2010 (p. 7-8); não houve, portanto, qualquer dano ao Erário.

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

8. Analisem-se agora as alegações da responsável Maria Josélia Medeiros Albuquerque, na mesma ordem acima:

8.1. a equipe do TCU constatou uma incompatibilidade básica de horários entre as 40 horas semanais que o médico deveria trabalhar, de segunda a sexta, no PSF Ubaldinho, e as 60 horas semanais que o mesmo deveria trabalhar, também de segunda a sexta, na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa. Observe-se que estas duas cidades são separadas por cerca de 450 quilômetros. A equipe já considerou, em seu Relatório, que não existiu a incompatibilidade nos curtos períodos de férias e greve, persistindo, no entanto, por todo o resto do período em tela (TC 027.408/2010-8, peça 2, p. 18-19);

8.2. já analisada no subitem acima.

9. Analisem-se agora as alegações do responsável Aristóteles Rolim de Lucena, na mesma ordem acima:

9.1. segundo documentos colhidos pela equipe de Auditoria, inclusive declarações da Prefeitura Municipal de Cedro/CE e da Universidade Federal da Paraíba (as duas entidades empregadoras), o referido médico deveria dar expediente de segunda a sexta, 40 horas em um e 60 horas em outro, em dois locais de trabalhos distantes em cerca de 450 quilômetros, não sendo fisicamente possível o cumprimento integral de tais horários (TC 027.408/2010-8, peça 2, p. 18-19);

9.2. não se trata, no presente processo, dos ritos e penalidades administrativos previstos na Lei 8112/1990, mas do recolhimento de valores indevidos, no âmbito de um processo de tomada de contas especial. Não há, portanto, porque seguir os ritos desse diploma legal;

9.3. a afirmação de que os atendimentos se deram regularmente de segunda a sexta, constante no Relatório de Auditoria (TC 027.408/2010-8, peça 2, p. 18), não foi colocada para atestar a regularidade no atendimento médico, mas para contestar afirmativa anterior, feita por responsáveis da Prefeitura em tela, de que o referido médico cumpria sua jornada de 40 horas nas sextas, sábados e domingos.

10. O valor do débito dos dois responsáveis, em solidariedade, atualizado até 18/7/2014, monta em R\$ 55.883,38 (peça 102), já incluídos os juros de mora.

Citação solidária de Vicente Ferrer Matias de Sousa e da empresa Podium Construtora (peças 66 e 63)

11. Citação solidária do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cedro/CE, Vicente Ferrer Matias de Sousa, e da empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., esta na pessoa de seu responsável legal, o Sr. Ronaldo Ferreira Lima (CPF 579.645.993-72), por pagamentos a maior (superfaturamentos) efetuados pela Prefeitura Municipal de Cedro/CE para a empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda, com recursos do Pnate, relativos a serviços de transporte escolar para os alunos do ensino fundamental e ensino médio da Rede Pública do Município, no montante de R\$ 79.425,65, nas seguintes datas e valores (item 1.5.2 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

Data da Ocorrência	Valor – R\$
18/5/2009	16.284,39
17/7/2009	9.665,59
13/8/2009	19.077,62
6/10/2009	14.483,39
14/12/2009	10.862,54
10/2/2010	9.052,12

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 81, 85 a 97 e 103)

12. O responsável Vicente Ferrer Matias de Sousa informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 034.057/2011-0, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 81). Acrescentamos a referida resposta aos presentes autos (peça 103). O responsável Vicente Ferrer Matias de Sousa alegou, em síntese, o seguinte:

12.1. a contratação de serviços de transporte escolar se deu com base no valor do quilômetro rodado;

12.2. no período em tela houve três paralisações de aulas, as quais aumentaram os quilômetros rodados;

12.3. em alguns meses foram realizados pagamentos referentes a meses anteriores; e no mês de janeiro de 2010 houve recuperação e provas, acarretando transporte escolar.

13. A empresa Podium Construtora alegou, em síntese, o seguinte (peça 85):

13.1. as normas que regem as relações entre a empresa Podium e os seus subcontratados são de natureza civil, inexistindo normas quanto aos valores subcontratados (p. 2);

13.2. a empresa assumiu com os subcontratados o custo de manutenção dos equipamentos e a disponibilidade de veículos reservas (p. 2);

13.3. não há paradigma que possa afirmar que haja sobrepreço (p. 2-3);

13.4. não há, no edital, cláusula que impeça a subcontratação; e ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer qualquer coisa senão em virtude de lei (p. 4);

13.5. as dificuldades das rotas, e o fato de percorrerem uma zona rural, justificam um preço superior (p. 5-6);

13.6. as obrigações de ordem tributária, despesas de escritório e sinalização de veículos não foram levadas em consideração e, se o fossem, mostrariam que o valor alcançado seria bem menor que o constante na citação (p. 6).

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

14. Analisem-se agora as alegações do responsável Vicente Ferrer Matias de Sousa (item 12):

14.1. todas as alegações do responsável prendem-se a um possível valor excessivo do serviço, mas o que a citação desta Corte de Contas questiona é, na verdade, a existência de uma subcontratação integral de um contrato de transporte, com o sobrepreço decorrendo não do valor do serviço em si, mas do fato de o mesmo ter sido subcontratado a um valor muito menor. Esta questão não foi referida pela resposta do responsável, que, portanto, não elidiu o questionamento do TCU.

15. Analisem-se agora as alegações da responsável Podium Construtora (item 13):

15.1. a empresa alega que as relações entre elas e suas subcontratadas são de ordem civil, cabendo então o aforismo de que se pode fazer tudo o que a lei não proíbe. No entanto, o contrato com o poder público se vincula ao Direito Administrativo, pelo qual só se pode fazer o que é expressamente prescrito em lei;

15.2. o paradigma para o sobrepreço é a própria diferença entre o preço contratado e o preço subcontratado;

15.3. os alegados custos que quedaram com a Podium são vagos e não descaracterizam uma diferença de preço entre o contrato e os subcontratos, a qual constitui o sobrepreço.

16. Observe-se ainda que a Jurisprudência desta Corte de Contas é pacífica quanto à impossibilidade de se realizar subcontratação integral tal qual como verificado com os serviços de transporte escolar no município de Cedro/CE, conforme se observa nas Decisões 420/2002 e 645/2002, ambas do Plenário, e nos Acórdãos 396/2003-Plenário e 127/2007-2ª Câmara, dentre outros.

17. O valor do débito dos dois responsáveis, em solidariedade, atualizado até 18/7/2014, monta em R\$ 135.436,14 (peça 104), já incluídos os juros de mora.

Citação solidária de Perpétua Braga Costa de Oliveira e da empresa Podium Construtora (peças 62 e 71)

18. Citação solidária da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cedro/CE, Perpétua Braga Costa de Oliveira, e da empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., esta na pessoa de seu responsável legal, o Sr. Ronaldo Ferreira Lima (CPF 579.645.993-72), por pagamentos a maior (superfaturamentos) efetuados pela Prefeitura Municipal de Cedro/CE para a empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda., relativos a serviços de transporte escolar para os alunos do ensino fundamental e ensino médio da Rede Pública do Município, no montante de R\$ 70.113,66, nas seguintes datas e valores (item 1.5.3 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

Data da Ocorrência	Valor – R\$
11/6/2010	11.749,15
1/7/2010	21.736,62
5/7/2010	11.955,14
23/9/2010	24.672,75

ALEGAÇÕES DE DEFESA E SUA ANÁLISE (peças 85 a 97)

19. As alegações de defesa da responsável em epígrafe vieram em conjunto com as do Sr. Vicente Ferrer Matias de Sousa (peça 103) e já foram sintetizadas no item 12 e analisadas no item 14 acima. Observe-se que as citações dos dois responsáveis foram diferentes, mas mesmo assim decidiram eles responder em conjunto.

20. A empresa Podium Construtora respondeu pelo mesmo ofício na peça 85, já sintetizado no item 13 e analisado nos itens 15 e 16 acima.

21. As alegações de defesa dos responsáveis, portanto, não lograram elidir as irregularidades a eles imputadas. O valor do débito dos dois responsáveis, em solidariedade, atualizado até 18/7/2014, monta em R\$ 104.995,55 (peça 105), já incluídos os juros de mora.

Audiência de João Viana de Araújo (peça 3)

22. Audiência do Prefeito Municipal de Cedro/CE, João Viana de Araújo, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.4 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

22.1. não cumprimento de horário integral - jornada de 40 (quarenta) horas semanais - pelos profissionais médicos que atuaram em 2009 no PSF, em desacordo com o estatuído na Portaria nº 648, de 28/3/2006 do Ministério da Saúde, e seu anexo, Capítulo II, item 2.1, inciso IV, nos casos abaixo indicados (item 1.5.4.1):

22.1.1. PSF Ubaldinho: Moacir Coelho da Silva Filho (janeiro e fevereiro) e Francisco Tarcísio de Oliveira Guerreiro (março a novembro) (item 1.5.4.1.1);

22.1.2. PSF Lagedo: Moacir Coelho da Silva Filho (janeiro) e Ana Paula Oliveira da Silva (junho a agosto e dezembro) (item 1.5.4.1.2);

22.1.3. PSF Afonso Celso: Rubens Bezerra de Albuquerque Júnior (janeiro e março); Francelso Viana de Araújo (abril); Plácido Gonçalves Viana Filho (maio e junho); Demóstenes Leite Costa (julho e agosto, esse último mês até dia 11); Elton Martins (agosto, a partir do dia 18); e Yuri Soares (setembro a dezembro) (item 1.5.4.1.3);

22.1.4. PSF Várzea da Conceição: Francisco Tarcísio de Oliveira Guerreiro (janeiro e fevereiro); Moacir Coelho da Silva Filho (julho, novembro e dezembro); Francisco Heron Alves de Carvalho (agosto); e José Figueiredo Lustosa (outubro) (item 1.5.4.1.4).

22.2. existência de profissionais de saúde que trabalham no PSF acumulando cargos incompatíveis com a carga horária contratada, em desacordo com o art. 37, caput, e incisos XVI e XVII da Constituição Federal (item 1.5.4.5);

22.2.1. quanto ao médico concursado Rubens Bezerra de Albuquerque Júnior, restou comprovado que o mesmo trabalha no Hospital e Maternidade Zulmira Sedrin de Aguiar, em Cedro/CE (18 hs semanais); no Hospital São Vicente, em Iguatu/CE (8 hs semanais); no Hospital Regional Dr. Manoel Batista de Oliveira, em Iguatu/CE (12 hs semanais); no Hospital e Maternidade Dr. Agenor Araújo, em Iguatu/CE (2 hs semanais); e que citado médico não trabalhou em nenhuma das terças-feiras do mês de março de 2009, conforme fichas de atendimento diário do PSF Afonso Celso, dia da semana em que cumpre carga horária no Hospital Regional Dr. Manoel Batista de Oliveira, em Iguatu/CE, sob a forma de plantão de 12 horas noturno desde Fevereiro de 2009, comprovando a incompatibilidade da acumulação de cargos naquele PSF, em Cedro/CE e no Hospital de Iguatu/CE às terças-feiras (item 1.5.4.5.1);

22.2.2. quanto ao médico contratado Moacir Coelho de Sousa Filho, restou comprovado que trabalha no Hospital Regional Dr. Manoel Batista de Oliveira, em Iguatu/CE, como plantonista, sendo um plantão de 12 horas noturno nas quintas-feiras e outro de 12 horas no segundo sábado de cada mês; no Hospital Regional de Icó/CE com carga horária de 8 hs semanais na sexta-feira no período da noite;

no Hospital e Maternidade Enéas Viana de Araújo, em Cedro/CE, em escala de sobreaviso, sendo informado ainda que "afastou-se de suas atividades profissionais no Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, em maio de 2010 na qual prestava serviço como médico plantonista vinculado a Prefeitura Municipal de Icó" Assim, mesmo sem se considerar a carga de trabalho exercida até maio de 2010 no Hospital e Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, citado médico acumula indevidamente cargos em unidades de saúde das Prefeituras de Iguatu (Hospital Regional Dr. Manoel Batista de Oliveira); de Icó (Hospital Regional de Icó) e Cedro/CE (PSF, no caso o PSF Várzea da Conceição em 2009, e o PSF Afonso Celso em 2010). Ademais, a exemplo do verificado com o médico Rubens Bezerra, a acumulação indevida de cargos pelo médico Moacir Coelho prejudicou o atendimento do PSF, pois, como atestam as fichas de atendimento diário do PSF Várzea da Conceição, dos meses de julho, novembro e dezembro de 2009, esse contratado não trabalhou às sextas-feiras, e tampouco trabalhou às quintas-feiras em semanas alternadas (semana sim, semana não), exatamente os dias em que estava de plantão noturno nas unidades de saúde de Iguatu e Icó, supramencionadas (item 1.5.4.5.2);

22.2.3. quanto ao médico contratado Aristóteles Rolim de Lucena, restou comprovado que o exercício dos atendimentos no PSF é incompatível com o exercício da Residência Médica em Oftalmologia, que o mesmo exerce na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, com carga horária de 60 horas semanais de segunda a sexta-feira, conforme Declaração daquela Universidade, pois os atendimentos no PSF Ubaldinho se deram regularmente de segunda a sexta-feira no período de abril a outubro de 2010, como atestam as respectivas fichas de atendimento diário daquele PSF (item 1.5.4.5.3).

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 23 a 25)

23. O responsável João Viana de Araújo alegou, em síntese, o seguinte (peça 23):

23.1. Uma lei municipal de gestão descentralizada, de 2005, delegou aos secretários a responsabilidade pela movimentação dos créditos orçamentários e outras ações. O defendente, portanto, não pode ser questionado por tais supostas irregularidades (p. 1-2);

23.2. no exercício de 2009 o médico Moacir Coelho da Silva Filho teve de atender em outros postos, deixando o seu posto original de Ubaldinho descoberto. Todos os outros médicos cumpriram seus horários de trabalho (p. 2-3);

23.3. o médico Rubens Bezerra de Albuquerque Júnior trabalhou nas terças-feiras de 2009 no PSF Afonso Celso, no período diurno. Em um seu outro emprego no Hospital Regional Dr. Manoel Batista Oliveira, o referido médico trabalha nas terças-feiras, mas como plantonista noturno. Em outro emprego seu, no Hospital e Maternidade Zulmira Sedrim de Aguiar, ele trabalha também no período noturno, por três dias na semana e dois fins de semana por mês. Finalmente, referido médico trabalha no Hospital e Maternidade Dr. Agenor Araújo, aos sábados. Isso mostra que seus horários de trabalho são compatíveis, não existindo acumulação ilegal (p. 3-4, 18, 23, 25);

23.4. o respondente desconhece que o médico Moacir Coelho da Silva Filho trabalhe em hospitais de outros municípios; e não houve prejuízo no atendimento do PSF Várzea da Conceição em julho, novembro e dezembro de 2009 (p. 4);

23.5. O médico Aristóteles Rolim de Lucena trabalhou no município em tela durante as férias e a greve que ocorreram no Hospital no qual também trabalhava em João Pessoa/PB (p. 5); o mesmo sempre cumpriu sua carga horária e não pertence mais à equipe do PSF do município em tela (p. 5).

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

24. Analisem-se agora as alegações do responsável João Viana de Araújo:

- 24.1. cabe o aforismo de que “delega-se autoridade, não se delega responsabilidade”. Mesmo com uma lei de descentralização administrativa, o chefe do executivo municipal continua com a obrigação de dirigir e supervisionar a ação administrativa;
- 24.2. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. Francisco Tarcísio de Oliveira Guerreiro corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais durante de março a novembro de 2009 (peça 23, p. 70-183);
- 24.3. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. Francisco Heron Alves de Carvalho corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais em agosto de 2009 (peça 23, p. 236-251 e peça 24, p. 474-481);
- 24.4. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. José Figueiredo Lustosa corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais em outubro de 2009 (peça 23, p. 254-262);
- 24.5. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. Francelso Viana de Araújo corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais em abril de 2009 (peça 23, p. 267-282);
- 24.6. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. Plácido Gonçalves Viana Filho corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais em maio e junho de 2009 (peça 23, p. 284-291);
- 24.7. as fichas de atendimento diário referentes ao Dr. Elton Martins corroboram a informação da equipe do TCU, de que referido médico não cumpriu o expediente de 40 hs. semanais em agosto, a partir do dia 18 (peça 25, p. 2-67);
- 24.8. a equipe do TCU, em seu Relatório de Auditoria (TC 027.408/2010-8, peça 2, p. 15-17), concluiu que o profissional Rubens Bezerra de Albuquerque Júnior tem contratos de trabalho que totalizam 110 horas de trabalho por semana. Tal quantidade de horas não é verossímil, tendo em vista que o profissional teria uma carga de trabalho média diária de quase 16 horas. O caráter diurno ou noturno de seus empregos não altera o fato básico, que é a impossibilidade um profissional exercer tamanho volume de trabalho de maneira regular. As declarações anexadas pelo responsável, portanto, não respondem adequadamente ao questionamento do TCU;
- 24.9. o mesmo raciocínio e as mesmas referências processuais do subitem anterior se aplicam ao Dr. Moacir Coelho da Silva Filho. A equipe constatou uma carga de trabalho total de 120 horas, com uma média diária de 17 horas;
- 24.10. o mesmo raciocínio e as mesmas referências processuais do subitem anterior se aplicam ao Dr. Aristóteles Rolim de Lucena. A equipe constatou uma carga de trabalho total de 146 horas, com uma média diária de 21 horas. Além disso, as alegações quanto ao referido médico são semelhantes àquelas já analisadas e não aceitas nos itens 8 e 9;
25. Não se pode considerar aceitáveis, portanto, as razões de justificativa enviadas pelo responsável.

Audiência de João Viana de Araújo (peça 65)

26. Audiência do Prefeito Municipal de Cedro/CE, João Viana de Araújo, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.4.3, 1.5.4.4 e 1.5.4.6 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

26.1. os veículos que prestaram serviços de transporte escolar para os alunos da rede pública municipal de ensino do Município de Cedro/CE, nos exercícios de 2009 e 2010, contratados por meio do Pregão Presencial nº 9/01/PP/SME não atendem adequadamente aos requisitos legais para condução de escolares (veículos tipo pau-de-arara, adaptados com tábuas de madeiras usadas como

assentos para transporte dos escolares) e comprometem o atendimento dos requisitos legais para a condução dos alunos, mais especificamente no tocante à ausência de equipamentos obrigatórios (por exemplo, cinto de segurança), em desacordo com o disposto nos art. 103, 105, 107, 108, 136 e 139 da Lei 9503, de 25/9/1997;

26.2. existência de motoristas com Carteira de Habilitação com categoria distinta da exigida na legislação de trânsito e nos normativos do Pnate, em desacordo com o estatuído nos art. 138 e 139 da Lei 9503, de 25/9/1997 e o item 12.1 do Edital do Pregão Presencial 9/01/PP/SME; e

26.3. subcontratação total dos serviços referentes ao Contrato de Prestação de Serviços s/n/2009 celebrado, em 13/2/2009, com a empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obras Ltda. para transporte escolar destinado aos alunos do ensino fundamental e ensino médio da rede pública de ensino do Município de Cedro/CE, e respectivos aditivos, em desacordo com o estatuído no art. 72 da Lei 8.666/1993.

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 80 e 106)

27. O responsável João Viana de Araújo informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 034.057/2011-0, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 80). Acrescentamos a referida resposta aos presentes autos (peça 106). O responsável alegou, em síntese, o seguinte:

27.1. uma lei municipal de gestão descentralizada, de 2005, delegou aos secretários a responsabilidade pela movimentação dos créditos orçamentários e outras ações. O defendente, portanto, não pode ser questionado por tais supostas irregularidades (p. 1-2);

27.2. o transporte escolar era feito por 3 ônibus, 25 camionetes e 14 caminhões, sendo estes nas rotas em que os ônibus não podem transitar. Se o Departamento Estadual de Trânsito - Detran/CE verificar que os veículos não têm condições de transportar alunos, estes serão substituídos;

27.3. apenas 8 de 45 motoristas não possuíam o nível de habilitação adequado;

27.4. o artigo 72 da Lei 8666/1993 preconiza que o contratado poderá subcontratar partes do serviço, até o limite estabelecido pelo edital. Como o edital do Pregão Presencial não estabelecia limites, a subcontratação total foi legal.

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

28. Analisem-se agora as alegações do responsável João Viana de Araújo, na mesma ordem acima:

28.1. a preliminar de responsabilidade não pode ser aceita, como já se colocou no subitem 24.1;

28.2. a Lei 9503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) estabelece, em seus artigos 136 a 138, uma série de requisitos especiais para os veículos destinados ao transporte de escolares, como cintos de segurança para todos os passageiros, faixa amarela indicativa lateral e equipamento registrador de velocidade (tacógrafo). É impossível que um caminhão ou camionete possua tais equipamentos. Assim é manifestamente ilegal a condução de escolares por caminhões ou camionetes. A equipe do TCU juntou fotografias que comprovam as más condições dos veículos em questão, como meras tábuas para as crianças se sentarem; estofados arrebentados; janelas sem vidros (TC 027.408/2010-8, em apenso, peça 2, p.49-50), sendo desnecessária uma inspeção do Detran para se verificar problemas tão óbvios;

28.3. o art. 138 do Código de Trânsito Brasileiro é claro ao preconizar a habilitação de motorista em categoria D para a condução de escolares, não se justificando a falha em supervisionar esta exigência;

28.4. a impossibilidade de subcontratação integral já foi analisada no item 16; e quanto à sua não-proibição cabe o aforismo mencionado no subitem 15.1, de que, no Direito Administrativo, só se pode fazer o que é expressamente prescrito em norma.

29. Não se pode considerar aceitáveis, portanto, as razões de justificativa enviadas pelo responsável.

Audiência de João Viana de Araújo (peça 69)

30. Audiência do Prefeito Municipal de Cedro/CE, João Viana de Araújo, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.4.2 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

30.1. pagamento de benefícios do Programa Bolsa-Família, em 2009 e/ou 2010, aos servidores do município de Cedro/CE relacionados a seguir, cuja renda per capita encontra-se acima do limite estabelecido pelo Programa (R\$ 140,00), conforme respectivos Relatório da Ficha Financeira e Relatório Analítico de Domicílios e Pessoas Cadastradas Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal; bem como informações disponibilizadas por meio do Ofício Circular n° 067/2010, de 27/10/2010, da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social de Cedro/CE; e que omitiram informações ou prestaram informações falsas para cadastramento, no que se refere à renda, ocupação, ou ainda às pessoas residentes no domicílio; nos termos dos arts. 18; 21, § 1º, Inciso I; e 25, III e V do Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004, e suas alterações; dos art. 6º, VI, § 8º; e 8º, III e VIII, § 4º, da Portaria MDS n° 555, de 11/11/2005, e suas alterações; e art. 6º, § 6º e incisos, da Portaria MDS n° 617, de 11 de agosto de 2010 (NIS – Número de Identificação Social):

NIS	Servidor
17020258768	Maria Salete Matos
12596944199	Dalva Maria Moura
16043917859	Maria da Conceição da Silva
16043976812	Rejane Antonia Faria de Moura
16061079525	Maria Edvanda Teixeira de Oliveira
16043633672	Analiabia de Castro Lima
16043916704	Maria Ivaneide Freire da Silva
16043896061	Maria Gomes de Souza Lima (funcionária da PM de Lavras da Mangabeira)
12811420853	Regina Adelino dos Santos
16043843979	Creuza Maria Cadeira Oliveira
12329641992	Maria Joselita Barros
17070302663	Eliane Maria de Moraes
16070694385	Neiara Correia de Sales Araujo
16215237362	Francisco dos Santos Costa
20963649331	Joana Alves da Silva
16534156807	Cicera Maria Matos Batista
21219713653	Antonia Maisa de Oliveira Damazio Viana
13042495816	Fabiana Galdino Lima Diniz
16226321777	Francisca Cleonice Dias Lima Pessoa
16388943609	Maria Lucas Ferreira
16043605849	Antonia Barbosa de Oliveira
16043625491	Antonio Jose de Souza (dependente de Maria Iracy de Lima – NIS 16043896134)
12293795847	Francisco Ferreira Freire

16214647745	Inacio Antonio do Nascimento (dependente de Lavinia Vale do Nascimento - NIS 16388612629)
12896470249	Jose Carlos de Oliveira (dependente de Cicera Santos Souza – NIS 16676826365)
16043811031	Jose Edgleuson Teixeira (dependente de Luciana Teixeira da Silva - NIS 16043867851)
12539560832	Jose Henrique de Souza (dependente de Geralda Alves de Souza - NIS 16181977679)
16359147409	Maria Estela da Silva
16562914036	Raimundo Gonçalves de Oliveira

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 84 e 110)

31. O responsável João Viana de Araújo informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 027.408/2010-8 – Relatório de Auditoria, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 84). De fato os processos são independentes. Na presente instrução retiramos peças do TC 034.057/2011-0 e as acrescentamos aos presentes autos pelo fato de que mencionado processo foi constituído por engano, em duplicata. O fato de o responsável ter respondido à audiência constante no TC 027.408/2010-8 não elimina sua obrigação de responder ao ofício na peça 69. No entanto, para assegurar o mais amplo direito de defesa, acrescentamos a resposta por ele dada no TC 027.408/2010-8 aos presentes autos (peça 110). O responsável alegou, em síntese, o seguinte:

31.1. o responsável alegou a mesma preliminar de ilegitimidade passiva já relatada no item 23.1;

31.2. o responsável listou a situação de cada um dos 29 beneficiados listados na tabela do subitem 30.1. Dos 29 nomes, o responsável admitiu que 19 forneceram informações incorretas para receber indevidamente o benefício. Alguns informaram ser agricultores, omitindo o fato de serem funcionários públicos. Outros omitiram outras fontes de renda. Segundo o respondente, o benefício daqueles que o estavam recebendo indevidamente foi cancelado. Alega também que as irregularidades foram causadas por declarações falsas de autoria das próprias pessoas que pleiteavam o benefício, devendo ser as mesmas responsabilizadas pelo fato.

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

32. Analise-se o ponto em questão:

32.1. a equipe do TCU focou o ponto em tela em trecho do seu Relatório de Auditoria constante no TC 027.408/2010-8, peça 1, p. 54, e peça 2, p. 1-8. Referida equipe considerou que o responsável em tela não fiscalizou a atuação do gestor do programa Bolsa Família (peça 2, p. 3 do mencionado TC). Observe-se que tal fiscalização não pode ser considerada inviável, ou mesmo difícil. Pois a Prefeitura de Cedro/CE possui, evidentemente, a relação de seus servidores. Poderia facilmente ter sido verificado quais dos pleiteantes eram servidores públicos e haviam omitido tal condição. Observe-se, por emblemáticos, os casos das servidoras Neiara Correia de Sales de Araújo e Cícera Maria Matos Batista. A primeira detinha o cargo de Diretora Técnica Educacional e a segunda o de Diretora Administrativa Financeira. Trata-se de cargos em comissão, e de certa importância dentro do contexto municipal, sendo pouco verossímil que tais pessoas pudessem ocultar tais cargos de forma despercebida. Falhou, portanto, a supervisão que deveria ter sido realizada pelo responsável. O mesmo se pode afirmar, com as devidas modificações, da Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social de Cedro/CE, Maria Alacoque de Melo Araújo, e da Gestora do Programa Bolsa Família de Cedro/CE de Cedro/CE, Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos, as quais serão enfocadas mais adiante, e as quais também deveriam supervisionar e gerir o cadastro de beneficiados do Programa em tela de forma a evitar essas disfunções.

33. Não se pode considerar aceitáveis, portanto, as razões de justificativa enviadas pelo responsável.

Audiência de Maria Josélia Medeiros Albuquerque (peça 5)

34. Audiência da Secretária Municipal de Saúde de Cedro/CE, Maria Josélia Medeiros Albuquerque, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.5 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

34.1. as ocorrências são as mesmas constantes no item 22 acima, e não as transcrevemos por economia de espaço.

ALEGAÇÕES DE DEFESA (peças 21 e 22)

35. A responsável alegou, em síntese, o seguinte (peça 21):

35.1. os médicos mencionados no subitem 22.1 cumpriram a carga horária de 40 hs. semanais, conforme documentos em anexo (p. 23-24);

35.2. quanto ao médico Rubens Bezerra de Albuquerque Júnior, a respondente repetiu as mesmas alegações do Sr. João Viana de Araújo, constantes no item 23.3 (p. 24-25);

35.3. quanto ao médico Moacir Coelho da Silva Filho, a respondente repetiu as mesmas alegações do Sr. João Viana de Araújo, constantes no item 23.4 (p. 25);

35.4. quanto ao médico Aristóteles Rolim de Lucena, a respondente repetiu as mesmas alegações do Sr. João Viana de Araújo, constantes no item 23.4 (p. 25-26);

EXAME DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

36. A mesma análise constante do item 24, referente às alegações do Sr. João Viana de Araújo, pode ser aqui aplicada, com as mesmas conclusões pela não aceitabilidade das razões de justificativa enviadas.

Audiência de Perpétua Braga Costa de Oliveira (peça 64)

37. Audiência da Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cedro/CE, Perpétua Braga Costa de Oliveira, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.6 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

37.1. as ocorrências são as mesmas constantes no item 26 acima, e não as transcrevemos por economia de espaço.

ALEGAÇÕES DE DEFESA E ANÁLISE (peças 78 e 107)

38. A responsável Perpétua Braga Costa de Oliveira informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 034.057/2011-0, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 78). Acrescentamos a referida resposta aos presentes autos (peça 107). A responsável alegou, em síntese, o seguinte:

38.1. as alegações da responsável são as mesmas já apresentadas pelo Sr. João Viana de Araújo, as quais foram sintetizadas no item 27 e analisadas no item 28, concluindo-se por sua não aceitabilidade.

Audiência de Vicente Ferrer Matias de Sousa (peça 70)

39. Audiência do Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto de Cedro/CE, Vicente Ferrer Matias de Sousa, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.7 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

39.1. as ocorrências são as mesmas constantes no item 26 acima, e não as transcrevemos por economia de espaço.

ALEGAÇÕES DE DEFESA E ANÁLISE (peças 79 e 107)

40. O responsável Vicente Ferrer Matias de Sousa informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 034.057/2011-0, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 79). Acrescentamos a referida resposta aos presentes autos (peça 107). O responsável alegou, em síntese, o seguinte:

40.1. as alegações da responsável são as mesmas já apresentadas pelo Sr. João Viana de Araújo, as quais foram sintetizadas no item 27 e analisadas no item 28, concluindo-se por sua não aceitabilidade.

Audiência de Maria Alacoque de Melo Araújo (peça 67)

41. Audiência da Secretária Municipal de Trabalho e Assistência Social de Cedro/CE, Maria Alacoque de Melo Araújo, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.9 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

41.1. as ocorrências são as mesmas constantes no item 30 acima, e não as transcrevemos por economia de espaço.

ALEGAÇÕES DE DEFESA E ANÁLISE (peças 82 e 108)

42. A responsável Maria Alacoque de Melo Araújo informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 027.408/2010-8 – Relatório de Auditoria, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 82). De fato os processos são independentes. Na presente instrução retiramos peças do TC 034.057/2011-0 e as acrescentamos aos presentes autos pelo fato de que mencionado processo foi constituído por engano, em duplicata. O fato de a responsável ter respondido à audiência constante no TC 027.408/2010-8 não elimina sua obrigação de responder ao ofício na peça 67. No entanto, para assegurar o mais amplo direito de defesa, acrescentamos a resposta por ela dada no TC 027.408/2010-8 aos presentes autos (peça 108). A responsável alegou o mesmo que o Sr. João Viana de Araújo (itens 31 a 33), cabendo aqui a mesma análise e a mesma conclusão pela inaceitabilidade das razões de justificativa enviadas.

Audiência de Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos (peça 68)

43. Audiência da Gestora do Programa Bolsa Família de Cedro/CE de Cedro/CE, Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos, para que se manifeste quanto às seguintes ocorrências (item 1.5.8 do Acórdão N° 5442/2011 - TCU - 2ª Câmara):

43.1. as ocorrências são as mesmas constantes no item 30 acima, e não as transcrevemos por economia de espaço.

ALEGAÇÕES DE DEFESA E ANÁLISE (peças 83 e 109)

44. A responsável Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos informou que reitera as justificativas apresentadas no processo TC 027.408/2010-8 – Relatório de Auditoria, e requer a improcedência e arquivamento do presente processo (peça 83). De fato os processos são independentes. Na presente instrução retiramos peças do TC 034.057/2011-0 e acrescentamos aos presentes autos pelo fato de que mencionado processo foi constituído por engano, em duplicata. O fato de a responsável ter respondido a audiência constante no TC 027.408/2010-8 não elimina sua obrigação de responder ao ofício na peça 68. No entanto, para assegurar o mais amplo direito de defesa, acrescentamos a resposta por ela dada no TC 027.408/2010-8 aos presentes autos (peça 109). A responsável alegou o mesmo que o Sr. João Viana de Araújo (itens 31 a 33), cabendo aqui a mesma análise e a mesma conclusão pela inaceitabilidade das razões de justificativa enviadas.

Determinações propostas pela equipe de auditoria do TCU (TC 027.408/2010-8, peça 2, p. 44-47)

45. A equipe supracitada elaborou propostas de determinação, as quais sintetizamos abaixo:
- 45.1. para a Prefeitura Municipal de Cedro/CE:
- 45.1.1. adote providências para a realização de concurso público para admissão de médicos para o Programa de Saúde da Família;
- 45.1.2. controle sistematicamente os benefícios do Programa Bolsa Família, revisando periodicamente seu cadastro;
- 45.1.3. verifique periodicamente se a renda dos servidores da Prefeitura em tela inscritos no referido programa realmente permite que se beneficiem do mesmo;
- 45.1.4. comprove a realização de curso de capacitação para os conselheiros do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb de Cedro/CE;
- 45.1.5. verifique a existência de acumulação indevida de cargos para todos os profissionais que trabalham no PSF;
- 45.1.6. proceda a nova licitação para contratação de serviços de transporte escolar;
- 45.2. para o Ministério da Saúde: que proceda à suspensão de recursos do Piso de Atenção Básica - PAB variável ao Município de Cedro/CE, de acordo com o disposto no capítulo III, item 5.1, inciso III, do Anexo à Portaria 648/GM/2006;
- 45.3. para a Secretaria Nacional de Renda da Cidadania – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS): que efetue o bloqueio dos benefícios do Bolsa Família para os servidores listados no item 30.
46. Quanto a tais propostas de determinação, observe-se o seguinte:
- 46.1. a Prefeitura em tela alegou já ter feito uma revisão dos benefícios do Bolsa Família, com exclusão da maior parte dos servidores em questão (item 31). Isso torna dispensáveis as determinações dos subitens 45.1.2 e 45.1.3;
- 46.2. os subitens 45.1.1, 45.1.4, 45.1.5, e 45.1.6 fazem parte da rotina de toda boa Administração Pública, não cabendo a esta Corte de Contas determinar que os administradores façam o que já é de sua obrigação fazer. Observe-se que o TCU adota a prática de não elaborar determinações de mero cumprimento de lei, norma ou rotina (Acórdão 1031/2012 – Plenário);
- 46.3. quanto aos subitens 45.2 e 45.3, consideramos que estas determinações podem ser substituídas pelo envio de cópia do Relatório e da Decisão aos referidos órgãos, conforme é proposto mais adiante.

CONCLUSÃO

47. O processo TC 034.057/2011-0, TCE, apenso aos presentes autos, foi constituído por engano, representando uma duplicidade de esforços, devendo portanto ser encerrado.
48. Em face da análise promovida nos itens 5 a 10, propõe-se rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Maria José Medeiros Albuquerque e pelo médico Aristóteles Rolim de Lucena, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a eles atribuídas.
49. Em face da análise promovida nos itens 11 a 17, propõe-se rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Vicente Ferrer Matias de Sousa e pela empresa Podium Construtora, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a eles atribuídas.

50. Em face da análise promovida nos itens 18 a 21, propõe-se rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Sra. Perpétua Braga Costa de Oliveira e pela empresa Podium Construtora, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a eles atribuídas.

51. Em face da análise promovida nos itens 22 a 33, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. João Viana de Araújo, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ele atribuídas.

52. Em face da análise promovida nos itens 34 a 36, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Josélia Medeiros Albuquerque, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ela atribuídas.

53. Em face da análise promovida nos itens 37 a 38, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Perpétua Braga Costa de Oliveira, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ela atribuídas.

54. Em face da análise promovida nos itens 39 a 40, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Vicente Ferrer Matias de Souza, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ele atribuídas.

55. Em face da análise promovida nos itens 41 a 42, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Alacoque de Melo Araújo, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ela atribuídas.

56. Em face da análise promovida nos itens 43 a 44, propõe-se rejeitar as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos, uma vez que não foram suficientes para sanear as irregularidades a ela atribuídas.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

57. Diante do exposto, submetemos os autos à consideração superior, propondo ao Tribunal:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas da Sra. Maria Josélia Medeiros Albuquerque (CPF 057.836.153-15), Secretária Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Cedro/CE, e do Sr. Aristóteles Rolim de Lucena (CPF 740.154.513-68), médico do Programa de Saúde da Família do município de Cedro/CE, e condená-los, em solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor Original (R\$)
28/5/2010	8.400,00
9/7/2010	8.400,00
23/7/2010	6.800,00
1/9/2010	6.800,00
16/9/2010	6.800,00

b) aplicar à Sra. Maria Josélia Medeiros Albuquerque (CPF 057.836.153-15), e ao Sr. Aristóteles Rolim de Lucena (CPF 740.154.513-68), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento

Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

c) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas do Sr. Vicente Ferrer Matias de Souza (CPF 532.127.623-49), Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Cedro/CE, e condená-lo, em solidariedade com a empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 09.527.996/0001-62), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor – R\$
18/5/2009	16.284,39
17/7/2009	9.665,59
13/8/2009	19.077,62
6/10/2009	14.483,39
14/12/2009	10.862,54
10/2/2010	9.052,12

d) aplicar ao Sr. Vicente Ferrer Matias de Souza (CPF 532.127.623-49), e à empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 09.527.996/0001-62), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

e) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, que sejam julgadas **irregulares** as contas da Sra. Perpétua Braga Costa de Oliveira (CPF 314.652.933-53), Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto da Prefeitura Municipal de Cedro/CE, e condená-la, em solidariedade com a empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 09.527.996/0001-62), ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da Ocorrência	Valor – R\$
11/6/2010	11.749,15
1/7/2010	21.736,62
5/7/2010	11.955,14

23/9/2010

24.672,75

f) aplicar à Sra. Perpétua Braga Costa de Oliveira (CPF 314.652.933-53) e à empresa Podium Construtora e Serviços de Mão de Obra Ltda. (CNPJ 09.527.996/0001-62), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

g) aplicar ao Sr. João Viana de Araújo (CPF 024.932.683-34) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

h) aplicar à Sra. Maria Josélia Medeiros Albuquerque (CPF 057.836.153-15) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

i) aplicar à Sra. Perpétua Braga Costa de Oliveira (CPF 314.652.933-53) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

j) aplicar ao Sr. Vicente Ferrer Matias de Souza (CPF 532.127.623-49) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

k) aplicar à Sra. Maria Alacoque de Melo Araújo (CPF 202.672.743-00) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

l) aplicar à Sra. Cícera Volúzia Gonçalves dos Santos (CPF 031.682.754-17) a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

m) autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens “a” a “l”, precedentes, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n. 8.443/1992;

n) autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei n. 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, se solicitado pelos responsáveis, fixando-se o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo o responsável ser informado da incidência sobre cada parcela dos encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor, e que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, §§ 1º e 2º, do citado Regimento Interno;

o) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

p) encaminhar cópia da deliberação que vier a ser proferida, bem como do relatório e do voto que a fundamentarem, ao Ministério da Saúde e à Secretaria Nacional de Renda da Cidadania – MDS, para adoção das medidas que entenderem cabíveis.

Secex/CE, 1ª Diretoria Técnica, em 18/7/2014.

(Assinado eletronicamente)
Paulo Avelino Barbosa Silva
AUFC – Mat. 711-0